ESTUDO E EDIÇÃO
DA "RELAÇÃO DA
MARCHA QUE FIZ PARA
O CUYATÉ (...)" ESCRITA
PELO GOVERNADOR DA
CAPITANIA DE MINAS
GERAIS, D. ANTONIO DE
NORONHA, EM 1779

Contato Rua Pirineus, 85 – apto 204 – Córrego Grande 88037-615 – Florianópolis – SC adriana.a@ufsc.br

# Adriana Angelita da Conceição\*

Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis – Santa Catarina – Brasil

#### Resumo

A "Relação da Marcha que fiz para o Cuyaté pela Nova Estrada (...)" foi escrita pelo governador da capitania de Minas Gerais, d. Antonio de Noronha, em outubro de 1779. A "Relação" integra um conjunto de documentos enviados ao secretário da Marinha e dos Negócios Ultramarinos, Martinho de Mello e Castro, denominada "Copia das providencias que se derão para a nova Conquista do Cuyeté". O texto nos permite analisar a intrínseca conexão do mando com a escrita no âmbito do Império luso-brasileiro, no período moderno. Portanto, este artigo apresenta, além das práticas de escrita e de produção documental do governo ultramarino, uma edição crítica da "Relação da Marcha", acompanhada por anotações referentes ao documento e sua materialidade.

### Palavras-chave

Cultura escrita - Governo ultramarino - capitania de Minas Gerais.

<sup>\*</sup> Pós-doutorado Universidade Estadual de Campinhas – Unicamp/Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp. Professora no Departamento de Educação do Campo, Centro de Ciências da Educação – CED, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

STUDY AND EDITING:
THE DESCRIPTION
OF THE MARCH
ORGANIZED BY MINAS
GERAIS CAPTAINCY
GOVERNOR, D.
ANTONIO DE
NORONHA, TO CUIETÉ
IN 1779

Contact Rua Pirineus, 85 – apto 204 – Córrego Grande 88037-615 – Florianópolis – SC adriana.a@ufsc.br

# Adriana Angelita da Conceição

Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis – Santa Catarina – Brazil

#### **Abstract**

The document "Relação da Marcha que fiz para o Cuyaté pela Nova Estrada (...)" [March relationship I did for Cuyaté through the New Road] was written by Minas Gerais captaincy governor, d. Antonio de Noronha, in October, 1779. The "Relação" integrates a set of documents sent to the Navy and Overseas Business secretary, Martinho de Mello e Castro, named "Copia das providencias que se derão para a nova Conquista do Cuyeté" [Copy of the measures that shall be taken to the Cuyeté new conquest]. Through the report analysis is possible to reflect about the written culture of the Portugue-se-Brazilian Empire politic relationship – establishingthe intrinsic connection of the control through writing in the modern period. Therefore, this article presents summary reflections about writing practices and documental preservation of the overseas government, followed by an edition of the "Relação da Marcha" [March Description], accompanying notes related to the document and its materiality.

## **Keywords**

Written culture – Overseas Government– Minas Gerais captaincy.

governador da capitania de Minas Gerais, d. Antonio de Noronha, em 1779

Os objetivos deste breve texto concentram-se em apresentar a edição do documento "Relação da Marcha que fiz para o Cuyaté pela Nova Estrada (...)" escrito pelo governador da capitania de Minas Gerais, d. Antonio de Noronha, no ano de 1779, tecendo alguns apontamentos sobre os atos de governar no Império português, imbricados às problematizações da história da cultura escrita. Diante das curtas e longuíssimas distâncias que caracterizaram o Império português, o papel, a tinta e a pena foram instrumentos indispensáveis. Sem a escrita, o governo a distância, naquele período, teria sido inviável, pois a produção e a circulação de papéis mantiveram as estruturas administrativas e as redes de sociabilidade públicas e privadas, considerando ainda que as estratégias de conservação documental também fizeram parte das ocupações dos envolvidos com o governo colonial.

Nas últimas décadas, a história da cultura escrita tornou-se um campo analítico de destaque, fortalecido, sobretudo, pelas características interdisciplinares que levanta. Áreas como história, arquivística, codicologia, crítica textual, linguística, filologia, paleografia, diplomática, dentre outras, ao ponderarem a escrita além da informação, considerando-a o próprio *objeto de análise*, estreitaram os espaços de interlocução, ampliando, assim, as possibilidades investigativas desta prática social e cultural que inter-relaciona letrados e iletrados.

Tal perspectiva de pesquisa vem crescendo desde a segunda metade do século XX, quando as ciências sociais e humanas reavaliaram suas possibilidades de investigação e rediscutiram bases epistemológicas que colocavam algumas áreas como tecnicamente auxiliares a outras. Neste contexto, muitas vezes, ciências como a paleografia foram vistas como auxiliares. Nas palavras de Francisco Gimeno Blay, especialmente em países da Europa ocidental e oriental, "se ha puesto un cierto énfasis en demostrar que la Paleografía era una ciencia auxiliar para preparar el camino de la investigación histórica; necesaria pero no suficiente, dirá Pierre Vilar".¹ Estes enfrentamentos, para o autor, puseram em questão muito mais do que lutas disciplinares, pois colocar a paleografia apenas como a serviço da diplomática, "como crítica de verdad o falsedad de los documentos, respondiendo al igual que esta última, a la defensa de unos intereses determinados: anteponiendo evidentemente los intereses de clase, es decir, la defensa de unos derechos

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> BLAY, Francisco Gimeno. Las llamadas ciencias auxiliares de la historia ¿Erronea interpretacion? (Consideraciones sobre el método de investigación en paleografía). Zaragoza/Disputación Provincial: Institución Fernando El Católico, 1986, p. 7.

jurídico-administrativos, a los meramente eruditos"<sup>2</sup> minimizava drasticamente as perspectivas teóricas e analíticas da paleografia enquanto ciência da escrita. A definição de ciências auxiliares à história entre a heurística e algumas áreas vistas apenas como disciplinas (numimástica, filologia, paleografia, papirologia) desencadearam debates que acabaram por redefinir os pressupostos analíticos de muitas das ciências que tomam a escrita como objeto de investigação, implicando na reconfiguração da história da cultura escrita.<sup>5</sup>

O paleógrafo italiano Armando Petrucci, estudioso da escrita desde o início da segunda metade do século XX, é considerado um dos mais importantes interlocutores da virada paleográfica que acabou por redefinir a história da cultura escrita, ao afirmar que a paleografia, como conhecimento que está além da decifração de caracteres antigos e/ou em desuso, deve ser vista como uma autêntica história da cultura escrita.4 Para Petrucci os interesses da paleografia devem se ocupar do estudo da história da produção, da análise das características formais e das reflexões sobre os usos sociais da escrita e de seus testemunhos por uma determinada sociedade, independentemente das técnicas e materiais utilizados.5 Entretanto, isso não significa que a paleografia seja detentora da história da cultura escrita que, acima de tudo, requer uma perspectiva de análise dialógica para que a escrita seja compreendida junto ao contexto social no qual foi produzida, distribuída, consumida e conservada como defende o espanhol Antonio Castillo Gómez, reafirmando o olhar de Petrucci.<sup>6</sup> Portanto, a história da cultura escrita destina-se a identificar e problematizar os jogos de força social e cultural que sustentam relações de poder e saber nas sociedades, o que permite considerar a amplitude da escrita como material discursivo, linguístico, textual, histórico, dentre outros.

Pode-se afirmar que a história da cultura escrita ocupa-se das temporalidades da escrita como uma de suas principais perspectivas de interesse, o que abrange os processos de produção, uso e conservação. Neste sentido, considera o tempo de aquisição (quando se chega ao domínio gráfico), o tempo de produção (a criação dos produtos da cultura escrita), o tempo da recepção

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> BLAY, Francisco Gimeno. Las llamadas ciencias auxiliares..., op. cit., p. 7.

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Para maior conhecimento sobre esta questão o texto de Francisco Gimeno Blay, citado nas notas anteriores, é muito elucidativo e um excelente ponto de partida.

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> PETRUCCI, Armando. La ciencia de la escritura: primeira lección de paleografía. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica Argentina, 2002, p. 7.

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> PETRUCCI, Armando. La ciencia de la escritura..., op. cit., p. 7-8.

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> GÓMEZ, Antonio Castillo. ¿Qué escritura para qué historia? In: Idem. *Culturas del escrito en el mundo occidental: del renacimiento a la contemporaneidad.* Madri: Casa de Velázquez, 2015, p. 3.

(quando o protagonismo se desloca do autor e dos envolvidos na produção e se concentra nos leitores diretos e indiretos, envolvendo a circulação) e o tempo de conservação (quando instituições, indivíduos e até mesmo o acaso estabelecem relações com a memória).<sup>7</sup> De modo especial, a temporalidade da conservação da escrita é a que mais interessa aos objetivos deste texto. A preservação de documentos atendeu a necessidades imediatas e distantes dos acontecimentos que a escrita registrou, permitindo a preservação de uma memória no papel – do governo, da economia, das sociabilidades e da cultura – dos mais de três séculos de duração do império. Uma memória que também foi seletiva, já que as políticas de memória se estruturam em meio às ausências e às presenças.<sup>8</sup>

Como assíduo leitor de Armando Petrucci, o francês Roger Chartier é uma referência constante nos estudos da história cultural da escrita, sobretudo no que se refere ao mundo da leitura e aos circuitos de comunicação na Europa moderna, em meio aos conceitos de prática e representação. Do mesmo modo, o anglo-saxão Robert Darnton é muito utilizado como referência, especialmente quando a temática se conecta ao universo tipográfico, envolvendo autores, leitores, editores, impressores, dentre outros. No entanto, avançando no debate, as investigações no mundo ibérico tomaram rumos próprios, considerando as especificidades do mundo colonial e chegando ao que o historiador português, Diogo Ramada Curto, denomina como história da cultura escrita global – perspectiva que incorporou diferentes experiências de pesquisa, de modo a destacar a produção discursiva da escrita e suas funções nos meandros das políticas coloniais. O

Neste sentido, uma expressiva produção historiográfica, nacional e internacional, nas últimas décadas, vem articulando os estudos teóricos da

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> Para maiores informações consultar: GÓMEZ, Antonio Castillo. Historia de la cultura escrita: ideas para el debate. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 5, Maringá, jan.-jun. 2003, p. 93–124, sobretudo entre as páginas 116 e 124.

<sup>8</sup> As questões em torno da *memória* possuem um rico, complexo e fecundo debate na área de história. Entretanto, não passaremos por esta discussão, considerando que apenas se sinalizou a questão nesta parte inicial do texto.

Ochartier e Darnton possuem uma vasta produção historiográfica traduzida para o português, sobretudo do francês. São referências basilares sobre os estudos da cultura escrita, no entanto, com o avanço no diálogo acadêmico da produção nacional com os pesquisadores portugueses e castelhanos, os estudos da história da cultura escrita no contexto imperial que vêm mostrando especificidades e consolidando-se como importante campo de conhecimento dentro da historiografia. Sobre algumas obras de Chartier e Darnton, consultar bibliografia.

<sup>&</sup>lt;sup>10</sup> Sobre a produção de Diogo Ramada Curto, consultar a bibliografia.

história da cultura escrita às discussões sobre o período luso-brasileiro, desencadeando análises originais com fontes documentais, muitas vezes já tradicionalmente utilizadas pelos estudos históricos da temática. Tais ponderações investiram em problematizar a escrita com seu valor informacional, mas também como o objeto da pesquisa, o que permitiu o levantamento de novas hipóteses e reflexões sobre o Império português. No Brasil e em Portugal foram lançados estudos monográficos e coletâneas que revisaram a historiografia colonial, tendo a escrita como principal fonte de estudo. Deste modo, novas frentes de análise foram abertas, questionando as condições de produção, circulação, uso e conservação da escrita impressa e manuscrita em território colonial e imperial, desmobilizando antigas interpretações que atribuíam restrita circulação de papéis impressos na América portuguesa diante da proibição da imprensa, por exemplo. Pesquisadoras e pesquisadores nacionais como Márcia Abreu, Leila Mezan Algranti, Ana Paula Torres Megiani, Luiz Carlos Villalta, para citar apenas alguns nomes, tornaram-se precursores de análises referendadas nos pressupostos na história da cultura escrita.<sup>11</sup>

Entre autores e autoras nacionais e internacionais destaco algumas obras que são referências importantes, embora não sejam as únicas, para as análises da história da cultura escrita em espaço ibérico e luso-brasileiro. Destaco ainda que, como este texto não tem a intenção de propor uma revisão bibliográfica sobre o assunto, optou-se por apenas elencar as obras que se consideram como referenciais relevantes nas duas últimas décadas: ABREU, Márcia  ${\mathcal E}$ SCHAPOCHNIK, Nelson (org.). Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas. Campinas: Mercado de Letras e ALB; São Paulo: Fapesp, 2005. ALGRANTI, Leila Mezan & MEGIANI, Ana Paula (org.). O império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico (séculos XVI-XIX). São Paulo: Alameda, 2009. ALMADA, Márcia. Das artes da pena e do pincel: caligrafia e pintura em manuscritos no século XVIII. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. BOUZA, Fernando. Del escribano a la biblioteca: la civilización escrita europea en la Alta Edad Moderna (siglos XV-XVII). 1º reimpressão. Madri: Editorial Sintesis, 1997. CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. A prática epistolar moderna e as cartas do vice-rei d. Luís de Almeida, o marquês do Lavradio. Sentir, escrever e governar, 1768-1779. São Paulo: Alameda, 2013. CURTO, Diogo Ramada. Cultura escrita (séculos XV a XVIII). Lisboa: ICS, 2007. FONSECA, Thais Nivia de Lima e. Letras, ofícios e bons costumes: civilidade, ordem e sociabilidades na América portuguesa. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. GÓMEZ, Antonio Castillo & SÁEZ, Carlos (dir.). La correspondencia en la historia. Modelos y prácticas de escritura, 2 volumes. In: VI CONGRESO INTER-NACIONAL DE HISTORIA DE LA CULTURA ESCRITA. Actas. Madri: Calambur, 2002. GÓMEZ, Antonio Castillo. Como o polvo e o camaleão se transformam: modelos e práticas epistolares na Espanha moderna. In: BASTOS, Maria H. C.; CUNHA, Maria T. S.; MIGNOT, Ana C. V. (org.). Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar. Passo Fundo: UPF, 2002. LISBOA, João Luís & MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. Editar cartas e notícias setecentistas. In: REYNAUD, Maria João & TOPA, Francisco (org.). COLÓQUIO INTERNACIONAL. Crítica textual & crítica genética em diálogo, 2º vol. Porto, 18-20 de outubro de 2007. Munique: Martin Meidenbauer Verlagsbuchhandlung, p. 311-325. LISBOA, João Luís & MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. A cultura escrita nos espaços privados. In: MATTOSO, José (dir.); MONTEIRO, Nuno Gonçalo (coord.). História da vida privada em Portugal- A Idade Moderna. Lisboa: Círculo de Leitores, 2010. MAGALHÃES, Justino P. de. Ler e

Após estas pontuais considerações sobre a consolidação da história da cultura escrita como campo de conhecimento dentro da historiografia, retomam-se as ponderações deste texto, situando-o em meio às discussões interdisciplinares na história da cultura escrita, ao apresentar a edição de um documento inédito que complementa e dialoga com outros já publicados, a partir de questões que problematizam brevemente a temporalidade de conservação da escrita e suas implicações para as análises do período. Deste modo, partindo da motivação para sua escrita e de uma análise descritiva de seu conteúdo, apresenta-se à comunidade de investigadores e investigadoras do período luso-brasileiro a "Relação da Marcha" produzida por d. Antonio de Noronha, enquanto estava à frente da capitania de Minas Gerais.

De modo relacional, a cultura escrita moderna e os aspectos do governo ultramarino constantemente fazem parte de meus interesses de análise. Entretanto, em consonância com tais questões, este texto possui uma motivação especial, nascida a partir da leitura do artigo "Dom Antonio de Noronha e o plano secreto para o Cuieté" escrito pela historiadora Laura de Mello e Souza, no qual apresenta uma consistente contextualização histórica do que seria o *plano secreto para o Cuieté*, além da transcrição do dito documento e de duas cartas.<sup>12</sup>

D. Antonio de Noronha foi nomeado governador da capitania de Minas Gerais em dezembro de 1774 e, em abril do ano seguinte, chegou ao Rio de Janeiro de onde partiu para seu novo cargo em que permaneceu até 1780. Ainda na capital do Estado do Brasil, Noronha comunicou sua chegada em terra firme ao marquês de Pombal, sinalizando seu primeiro compromisso como governador, ou seja, reunir-se com o vice-rei:

escrever no mundo rural do Antigo Regime: um contributo para a história da alfabetização e da escolarização em Portugal. Braga: Univ. do Minho, 1994. MARQUILHAS, Rita. A faculdade das letras: leitura e escrita em Portugal no século XVII. Lisboa: Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 2000. MEIRELLES, Juliana Gesuelli. Imprensa e poder na Corte joanina: A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1821). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis; OLIVAL, Fernanda; LISBOA, João Luís. As gazetas manuscritas da Biblioteca Pública de Évora, vol. II (1732–1734). Lisboa: Colibri, CIDEHUS. UE, CHC.UNL, 2005. MONTEIRO, Rodrigo Bentes. Reis, príncipes e varões insignes na coleção Barbosa Machado. Anais de História de Além-Mar. Lisboa, v. VI, n. 2005, 2005, p. 215–251. RACHI. Sílvia. Por mãos alheias: uso da escrita na sociedade colonial. Belo Horizonte: Ed. PUC/Minas, 2016. SIIVA, Maria Beatriz Nizza da. Livro e sociedade no Rio de Janeiro. Separata da Revista de História, n° 94, São Paulo, 1973. VILLALTA, Luiz Carlos. Usos do livro no mundo luso-brasileiro sob as luzes: reformas, censura e contestação. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

<sup>&</sup>lt;sup>12</sup> SOUZA, Laura de Mello e. Dom Antonio de Noronha e o plano secreto para o Cuieté. Revista Tempo, vol. 20, 2014, p. 1-15. Disponível em: http://www.historia.uff.br/tempo/site/?p=2084. Acesso em: 05/08/2015.

Em o dia quatro do Corrente mez cheguei ao Porto desta Capital com sincoente e sinco dias de viagem; e ainda que me naõ caiba no possivel o dar já huma completa conta a V.Ex.a das minhas comissoens, a minha obrigação pessoal, e o meu profundo respeito, naõ sofre que eu deixe de aparecer na prezença de V.Ex.a (...) Eu logo que cheguei communiquei as minhas Instrucçoens ao Marquez de Lavradio Vice–Rey do Estado, na conformidade que se me Ordena (...).<sup>15</sup>

Durante sua permanência no Brasil, d. Antonio de Noronha produziu junto da Secretaria de Governo inúmeros documentos: alguns circularam pelo Brasil e aqui permaneceram, outros foram encaminhados a Lisboa ou ainda conduzidos à capital do reino por ele, ao final de sua estada na América.<sup>14</sup> Dentre os que ficaram por aqui, existe um livro de copiador custodiado pela Biblioteca Nacional do Rio Janeiro, na Divisão de Manuscritos, com a seguinte localização: códice 2,2,24.15 O copiador passou por um longo processo de restauração e ficou indisponível por longo período às investigações. Porém, há pouco tempo, voltou ao acesso dos interessados e interessadas e ainda possui uma cópia digital que pode ser acessada nas dependências da biblioteca. A partir deste códice, Laura de Mello e Souza apresentou e transcreveu três documentos: a) o plano secreto para o Cuieté, b) uma cópia da carta enviada a Martinho de Mello e Castro<sup>16</sup> e c) outra ao marquês de Angeja<sup>17</sup> -ministros do governo ultramarino no período -, nas quais d. Antonio de Noronha comunicou, em outubro de 1779, o envio do plano e o sucesso com as empreitadas no Cuiaté. Segundo Mello e Souza, o plano secreto marca um momento do que denomina como refundação para as ações de Noronha, assim como para "as encetadas sob a égide dos governadores [que] haviam soçobrado ante os ataques de índios e a distância dos povoados, encarecendo o transporte que, ainda por cima, fazia-se pelo difícil rio Doce e ribeirões adjacentes".18

<sup>&</sup>lt;sup>15</sup> Carta de d. Antonio de Noronha ao marquês de Pombal. Rio de Janeiro, 10 de abril de 1775. AHU\_ACL\_CU\_011, cx. 108, d. 18.

<sup>&</sup>lt;sup>14</sup> Para maiores informações sobre a administração de d. Antonio de Noronha consultar o capítulo: "Os limites da dádiva: dom Antonio de Noronha" em: SOUZA, Laura de Mello e. O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 350-402.

Livro Segundo das Cartas que o Ilmo.e Exmo. Sr. D. Antonio de Noronha Capitão general da Capitania de Minas Gerais escreveu durante o seu governo que teve princípio em 28 de maio de 1776. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Divisão de Manuscritos. Localização: 2,2,24.

<sup>&</sup>lt;sup>16</sup> Secretário da Marinha e dos Negócios Ultramarinos.

Pedro José de Noronha, marquês de Angeja; com a saída do marquês de Pombal tornou-se ministro assistente ao Despacho e presidente do Erário Régio.

<sup>18</sup> SOUZA, Laura de Mello e. Dom Antonio Antônio de Noronha e o plano secreto..., op. cit., p. 6.

Ao analisar o plano secreto, através do códice da Biblioteca Nacional, Laura de Mello e Souza identificou a ausência de documentos que Noronha citou nas missivas e que deveriam acompanhá-las. No livro copiador foi registrado apenas o plano secreto, antes da cópia das cartas a Mello e Castro e a Angeja. Segundo a autora: "em ambas as cartas, d. Antonio diz ter escrito uma 'digressão' ou 'descrição' da jornada feita ao Cuieté naquela mesma ocasião, (...). Não a encontrei, mas outros podem ter sorte melhor, e fica aqui o desafio para que a procurem". 19 Assumido o desafio, passei a refletir sobre o assunto, considerando minha pesquisa sobre as práticas de arguivamento, ou seja, a temporalidade da conservação documental durante o período colonial.<sup>20</sup> Com isso, passei a pesquisar o acervo do Arquivo Histórico Ultramarino. Ao encontrá-lo, entre os conjuntos documentais do AHU, uma questão central se apresentou: a necessidade de se problematizar que, entre os registros nos copiadores dos governadores e o que era realmente encaminhado a Lisboa, existem descompassos que nos remetem às práticas do governo colonial e sua intrínseca ligação com a cultura escrita moderna.

Na troca epistolar mantida entre os administradores ultramarinos e os secretários e ministros que ficaram no reino era comum o envio de anexos que pretendiam comprovar e/ou reforçar as ações exercidas em território colonial – tais documentos, na maioria das vezes, não eram registrados nos copiadores e apenas quando mencionados no texto principal permitem que se indague sobre seus envios. Tratando-se de um governo mantido a distância, a escrita tinha valor de prova e era carregada de um forte sentido simbólico, pois, assim como era fundamental exercer o que determinava o rei, também era basilar saber registrar as ações e não ações, para que os acontecimentos chegassem a Portugal bem apresentados nos papéis, obedecendo às tratadísticas epistolares e aos protocolos da vasta tipologia documental criada e em circulação no Império luso-brasileiro.

A carta de 18 de outubro de 1779, na qual d. Antonio de Noronha comunicou os andamentos e sucessos da conquista do Cuieté ao ministro Martinho de Mello e Castro, foi acompanhada por diversos documentos, de acordo com o que consta no acervo do AHU. Seguiu, conforme descrito no último parágrafo da correspondência, a cópia da carta aos capitães-mores

SOUZA, Laura de Mello e. Dom Antonio Antônio de Noronha e o plano secreto..., op. cit., p. 8.
 Projeto de pós-doutorado "O vice-rei 2º marquês do Lavradio entre as práticas de governar, escrever e arquivar cartas". Dossiê Lavradio, cartas ativas, análise e edição. Unicamp-Fapesp.

José da Silva Pontes e Manuel Furtado Leite de Mendonça, datada de abril de 1776, além das respectivas respostas dos capitães e do valor da contribuição que ofereceram à empreitada do Cuieté – "(...) remeto a V. Ex.a a Copia da Carta que dirigy aos dois Capitães Mores, e junta a resposta dos mesmos com as Sommas do que remeteraõ á Real Fazenda".<sup>21</sup> Na sequência, consta um conjunto de papéis denominado: "Copia das providencias que se derão para a nova Conquista do Cuyeté" que inclui:

- a) três *bandos* com o anúncio de melhoria das estradas na região do Cuieté; indicação das vantagens do local; promessas de proteção e preferência nas datas<sup>22</sup> aos que se dirigissem para a região, aviso da partida para o arraial do Cuieté; limites de comarcas; e conflitos com indígenas. Datação: maio, agosto e outubro de 1779.
- b) uma portaria anunciando as qualidades precisas e a indicação para os cargos de regente e guarda-mor substituto das terras e águas minerais da conquista do Cuieté. Datação: agosto de 1779.
- c) uma *Instrução para o Regente* contendo 21 parágrafos com as instruções ao regente das terras e águas minerais da conquista do Cuieté, acrescidos de mais nove parágrafos em documento separado. Datação: setembro de 1779.
- d) um *Plano Secreto para a nova Conquista do Cuyeté* possuindo 26 parágrafos com a descrição dos objetivos da nova conquista, tematizando: a localização do lugar, os objetivos e as funções que caberiam ao regente, a necessidade de nomeação de um escrivão e um tesoureiro, os cuidados necessários para se evitar o extravio de ouro, a formação de uma esquadra de pedestres, as proibições quanto à abertura de novos caminhos, a organização da população e a definição de ações contra os malfeitores, a divisão das terras para a exploração mineral, a entrega de sesmarias, a proibição de engenhos de cana-de-açúcar e os limites com as comarcas vizinhas.<sup>25</sup>
- e) a Relação da Marcha, que fiz para o Cuyaté pela Nova Estrada, que mandei abrir pelo Coronel do primeiro Regimento de Auxiliares d'Mariana João da Silva Tavares que segue

<sup>&</sup>lt;sup>21</sup> Carta de d. Antonio de Noronha a Martinho de Melo e Castro. Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1779. Anexos: cópias das cartas enviadas aos capitães-mores José da Silva Pontes e Manuel Furtado Leite de Mendonça. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. Localização: AHU\_ACL\_CU\_011, cx. 115, d. 55.

<sup>&</sup>lt;sup>22</sup> Lote de terra para a exploração do ouro.

<sup>&</sup>lt;sup>25</sup> Este documento foi transcrito na íntegra no texto da historiadora Laura de Melo e Souza: "Dom Antonio de Noronha e o plano secreto para o Cuieté".

editada na íntegra ao final deste texto, com datação de 20 de outubro de 1779. Destaca-se que, na carta ao marquês de Angeja, o documento foi denominado como sendo uma digressão: "Também remeto a V. Ex.a uma digressão da minha jornada"<sup>24</sup> que seria acompanhada por papéis que informariam os gastos da iniciativa.<sup>25</sup> Porém, na missiva a Mello e Castro, o relato foi chamado de descrição: "Também remeto a V. Ex.a huma discripção da Jornada que fis para aquella Conquista; e das circunstancias do Caminho, e do que nelle encontrey; Asim como as amostras do Ouro dos Rios, e Corregos em que se fizerão as provas, constando da Rellação incluza os quilates a que chegarão".<sup>26</sup> Portanto, o mesmo documento foi tipologicamente definido por Noronha e sua secretaria como *digressão*, *descrição* e *relação*.

f) uma *Lista do ouro trazido da Conquista do Cuyeté* com a relação do metal examinado na Real Casa de Fundição de Vila Rica, certificado por Ventura da Costa Rangel com a indicação das amostras que seguiram para Lisboa, datada de 13 de outubro de 1779.<sup>27</sup>

No livro de copiador, mantido pela Secretaria de Governo de d. Antônio de Noronha, por escolha do governador e/ou de seus secretários, foram registradas as cartas a Mello e Castro ao marquês de Angeja, além do *plano secreto*. Entretanto, seguiu para Lisboa um representativo conjunto documental que hoje está custodiado no Arquivo Histórico Ultramarino. Com este exemplo, pode-se perscrutar sobre a complexidade de um dos vieses da cultura escrita do período, ou seja, a conservação dos papéis.

<sup>&</sup>lt;sup>24</sup> SOUZA, Laura de Mello e. Dom Antonio de Noronha e o plano secreto..., op. cit., p. 13.

<sup>&</sup>lt;sup>25</sup> Tais documentos também não constam no copiador onde a carta a Angeja foi registrada. Apenas a correspondência a Martinho de Mello e Castro consta no Arquivo Histórico Ultramarino. Consultar o periódico Acervo (Arquivo Nacional), especificamente o volume 10 de 1997, o qual apresenta o dossiê temático: O Brasil nos arquivos portugueses. Sobretudo, o texto PAIXÃO, Judite Cavaleiro. Fontes do Tribunal de Contas de Portugal para a história do Brasil colônia. Acervo, v. 10, n° 1, Rio de Janeiro, jan./jun. 1997, p. 57–70. Também existem documentos referentes ao Erário Régio no Arquivo Nacional Torre do Tombo, em Lisboa.

<sup>&</sup>lt;sup>26</sup> AHU\_ACL\_CU\_011, cx. 115, d. 55.

<sup>&</sup>lt;sup>27</sup> Ventura da Costa Rangel foi nomeado pelo governador de Minas, José Antonio Freire de Andrada, em julho de 1756, ao ofício de ensaiador da Casa de Fundição de Vila Rica; conferir: AHU\_ACL\_CU\_011, cx. 70, d. 29. Em 1760, solicitou pedido de mercê de concessão de ajuda de custo; conferir: AHU\_ACL\_CU\_011, cx. 76, d. 09. Em 1774, solicitou confirmação do exercício do ofício de ensaiador da Casa de Fundição de Vila Rica; conferir: AHU\_ACL\_CU\_011, cx. 106, d. 39. Por fim, entre os primeiros anos do século XIX (anterior a 1807), solicitou a mercê de se aposentar com o ordenado de 800\$ réis; conferir: AHU\_ACL\_CU\_011, cx. 184, d. 05.

As práticas de arquivamento da documentação gerada pela administração ultramarina, sobretudo nos territórios coloniais, atendiam a demandas de ordem pública - da administração monárquica - e de ordem privada. Muitos dos governadores do império retornaram para Lisboa com os baús repletos de documentos produzidos por seus cargos e que se mantiveram nos arquivos das casas nobiliárquicas e raramente foram entregues aos monarcas. Um caso bastante notável é a documentação produzida durante a administração do morgado de Mateus, d. Luís António de Sousa Botelho Mourão, governador da capitania de São Paulo de 1765 a 1775. Grande parte dos papéis que circularam durante o governo do morgado de Mateus, documentação ativa e passiva, seguiu para o reino com seu retorno e foi mantida no arquivo da família. Na segunda metade do século XX, por meio de financiamentos públicos, o professor Celso Cunha, diretor da Biblioteca Nacional na época, comprou da família Mateus a documentação de d. Luís António alusiva ao período como governador no Brasil, integrando-a à seção de manuscritos daquela instituição que passou a custodiar um rico acervo sobre a capitania de São Paulo. Porém, a Casa de Mateus<sup>28</sup>ainda preserva em seu arquivo papéis ligados à gerência da casa, assim como correspondência ativa e passiva relacionada às distintas redes de sociabilidades mantidas por d. Luís António: antes, durante e depois de sua estada na América.<sup>29</sup>

Não existiam regras específicas quanto ao trato com a documentação produzida em território colonial, o que indica a necessidade de se considerar as imbricadas relações dos espaços públicos e privados na manutenção do império e de seus papéis. Tais desdobramentos indicam que as lógicas da arquivística contemporânea, pensada no contexto dos estados nacionais, pouco servem para o período moderno. Documentos que aparentemente deveriam estar em determinados locais e/ou reunidos estão dispersos e em instituições de custódia documental, aparentemente sem sentido – questão que resulta da guarda pessoal de documentos produzidos nos atos de governo. Tais características foram geradas pela falta de critérios precisos em relação à conservação destes documentos, em especial, na temporalidade de produção e tramitação. Assim, de modo metodológico a dispersão e a trajetória

<sup>&</sup>lt;sup>28</sup> Para informações sobre o acervo da Fundação Casa de Mateus, consultar: www.casademateus.com.

<sup>&</sup>lt;sup>29</sup> Para maiores informações consultar: CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. A produção e a conservação das cartas do vice-rei d. Luís de Almeida, 2º marquês do Lavradio, como problemática de análise. *Revista do Arquivo*, n. 1, São Paulo:Apesp, 2015. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista\_do\_arquivo/01/artigo\_03.php. Acesso em: 01/07/2016.

custodial dos documentos são aspectos importantes para o horizonte de análise de quando se estuda o período moderno, sobretudo por revelar práticas da arte de governar que contribuem para que se reflita sobre a cultura escrita das relações políticas de modo mais global.

Segundo Mello e Souza, o Cuieté foi foco das preocupações de muitos governadores, sobretudo de d. Antonio de Noronha.<sup>50</sup> A região já tinha sido tomada e retomada, em função dos conflitos com os indígenas, por isso os governadores utilizavam a expressão *conquista*, caracterizando o adiantamento das intenções portuguesas em regiões de forte resistência das populações locais, de acordo com Cláudia Fonseca.<sup>51</sup> O local ficava longe das principais regiões de Minas e ainda era povoado por índios considerados bravos e resistentes, assim "o Cuieté resistiu a sucessivos empenhos de exploração, à distância e ao gentio bravo – duas faces da mesma moeda –, constituindo o obstáculo principal a qualquer sucesso".<sup>52</sup> Deste modo, na "Relação da Marcha", d. Antonio de Noronha narra sua viagem rumo a uma nova conquista, a fundação do "Novo Arrayal de Nossa Senhora do Monte do Carmo da Conquista do Cuyaté", do qual definiu os limites em meio a rios, córregos e ribeirões:

encontrei o melhor citio, que podia dezejar. Huã planice extença dezempedida de todos os Lados, e sobre ribeiroens de excellentes aguadas no meyo dos melhores Matos de planta, (...) Todas estas circunstancias afianção o duravel estabalescim*ento* da fundação do novo Arrayal neste Citio, e atendendo eu a elas aqui lhe prescrevi os lemites, e lhe puz o nome (...).<sup>55</sup>

Em dez fólios, escritos no retro e no verso, d. Antonio de Noronha narra os dias passados na marcha, da saída de Mariana, em 12 de setembro, até a chegada ao sertão, para a fundação do *novo arrayal*. O relato aponta elementos importantes para os estudos das práticas de governar, ao mencionar temáticas como: a relação com a expansão do interior; os estranhamentos diante do contato com as populações afastadas das capitais; a relação com os indígenas e os conflitos com os *botocudos*; a mineração; os hábitos alimentares; a construção de caminhos e pontes; a travessia de picadas, córregos e morros; e as dificuldades do governo a distância. Portanto, fica aos que estudam a

<sup>&</sup>lt;sup>50</sup> SOUZA, Laura de Mello e. Dom Antonio de Noronha e o plano secreto..., op. cit., p. 6.

<sup>&</sup>lt;sup>51</sup> Laura de Mello e Souza problematizou os sentidos da utilização da expressão *conquista* a partir do estudo: FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei – espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011.

<sup>&</sup>lt;sup>52</sup> SOUZA, Laura de Mello e. Dom Antonio de Noronha e o plano secreto..., op. cit., p. 4.

<sup>&</sup>lt;sup>55</sup> Conferir o fólio 9 da transcrição documental.

região e tais temáticas uma análise aprofundada e pormenorizada do documento – aspecto que ultrapassa o objetivo deste texto.

A "Relação da Marcha" foi datada de 20 de outubro, o que pode indicar que o texto foi finalizado ou realizado no regresso da viagem, ou seja, quando a marcha já tinha sido concluída, considerando ainda que a carta dirigida a Mello e Castro e a Angeja foram assinadas dois dias antes – 18 de outubro. Provavelmente, o governador de Minas fez algumas anotações e com a colaboração de sua secretaria concluiu o texto.

Durante a análise não foi possível precisar quem grafou o documento, ou seja, quem foi o autor material. Analisou-se uma carta de d. Antonio de Noronha encaminhada ao marquês de Pombal em dezembro de 1776, na qual o assunto demandava que a escrita fosse do punho do governador, pois se tratava de felicitações ao secretário ligadas a um despacho oferecido pelo rei d. José I: um assunto de ordem mais particular.<sup>34</sup> Portanto, tomouse essa letra como sendo a de Noronha em comparação com sua assinatura, presente em diversos documentos, e aos breves trechos que escrevia de próprio punho ao final da correspondência grafada com letra de secretário. A presença destes pequenos textos era comum na correspondência dos governadores ultramarinos quando pretendiam sinalizar lealdade, amizade e certa deferência ao destinatário.35 Cotejou-se a letra de Noronha com a que consta na "Relação da Marcha" e verificou-se que se trata de grafia diferente. Portanto, o documento não possui a letra do governador – embora assinado por ele – e nem de João Batista Jacobina, oficial maior da secretaria.<sup>36</sup> Jacobina foi o autor material de todos os documentos que fazem parte do conjunto de papéis denominado "Copia das providencias que se derão para a nova

<sup>&</sup>lt;sup>34</sup> AHU\_ACL\_CU\_011, cx. 110, d. 51.

<sup>55</sup> Como exemplo de cartas de d. Antonio de Noronha que apresentam estas marcas, conferir: AHU\_ACL\_CU\_011, cx. 108, documentos 18, 19 e 68; AHU\_ACL\_CU\_011, cx. 110, documentos 03, 24 e 39. Ainda como exemplo apontamos as frases que comumente apareciam com a letra de Noronha: "De Vossa Excelência o mais fiel captivo e obrigado"; "De Vossa Excelência muito obrigado venerador"; De Vossa Excelência o mais obrigado venerador e fiel captivo".

João Batista Jacobina era ajudante do tesoureiro-geral de Vila Rica (conferir: AHU\_ACL\_CU\_011, cx. 122, d. 43). Entretanto, diante do impedimento do oficial maior da secretaria, José Luis Sayão (nomeado por decreto em 1765 – conferir AHU\_CU\_011, cx. 85, d.14), Jacobina passou a exercer sua função. Não se sabe se o impedimento foi por motivo de doença ou por Sayão ocupar outra função, já que em requerimento anterior a 1770 aparece como tenente-coronel do Regimento da Cavalaria Auxiliar da Nobreza da Comarca de Ouro Preto (conferir: AHU\_CU\_011, cx. 98, d. 20). Em 1784, Luís da Cunha Menezes, governador de Minas Gerais, comunicou ao reino o falecimento de Sayão, ocupando o cargo de secretário do governo (conferir: AHU\_CU\_011, cx. 121, d. 16).

Adriana Angelita da Conceição Estudo e edição da "Relação da marcha que fiz para o Cuyaté (...) escrita pelo governador da capitania de Minas Gerais, d. Antonio de Noronha, em 1779

Conquista do Cuyeté", com exceção, como dito, da "Relação da Marcha" e da "Lista do ouro" que possui a mesma grafia da "Relação" e a assinatura de Ventura da Costa Rangel – oficial da casa de fundição de Vila Rica.

Em relação à edição, a transcrição foi conservadora, manteve-se a pontuação, a ortografia e a gramática conforme o original, sendo que as abreviaturas foram desenvolvidas, com o desenvolvimento marcado em itálico. A transcrição foi corrida, assinalando apenas as mudanças de fólio entre colchetes, como no exemplo [fl. 1]. Além disso, teceram-se breves comentários em relação ao significado de palavras e às características materiais do documento. Destaca-se ainda minha gratidão a imensa gentileza da diretora do Arquivo Histórico Ultramarino, a senhora Ana Canas, por atender ao pedido de solicitação das imagens digitalizadas do documento, já que as microfilmadas apresentam pouquíssima visibilidade nas primeiras linhas de cada fólio, o que tornaria inviável a edição integral da "Relação da Marcha".

Por fim, pontua–se que a temporalidade da conservação documental como problemática de análise ainda é um aspecto pouco explorado pela historiografia do Império português que ainda raramente reflete sobre algo que a historiadora Silvia Hunold Lara observou, ou seja, que a composição de *corpus* documental acaba por "fixar caminhos interpretativos"<sup>37</sup> que, muitas vezes, não são questionados. Aspecto que começa a ser problematizado pelos estudos da cultura escrita no período colonial e que pode abrir novas linhas de investigação, ao colocar a escrita e sua conservação como objeto de reflexão. Assim, conclui–se a contextualização e apresentação material do documento editado, deixando aos especialistas na região a missão de interpretá–lo e explorá–lo enquanto importante fonte de informação sobre o período.

LARA, Silvia Hunold. Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico. Anos 90,
 v. 15, n. 28, Porto Alegre, dez. 2008, p. 17–39, p. 26.

### Transcrição documental<sup>38</sup>

[fl. 1] Relação da Marcha, que fiz para o Cuyaté pela Nova Estrada, que mandei abrir pelo Coronel do primeiro Regimento de Auxiliares d'Mariana João da Silva Tavares.<sup>39</sup>

No dia 12, do mez de Setembro proximo passado, pelas 9 horas da Manham, sahi do Palacio da minha rezidencia, para a Igreja de Nossa Senhora do Monte do Carmo, a offerecer lhe todos os acertos da minha determinação. Ouvida a Missa, cantada a Ladaînha, e as mais Oraçõens Pias, que a Igreja costuma em semilhantes occazioens; parti pelas onze horas atrevessando a Cidade de Mariana, e os seus conhecidos suburbios, pela excellente estrada, e sem outra alguá novidade, fui dormir a Fazenda d'Agoas claras, com seis legoas, & meya d'jornada.

No dia 13 segui da Fazenda d'Agoas claras gostozo da continuação da bella estrada, e fui pernoitar á Roça do Seminario com seis Legoas, e tres quartos de jornada.

No dia 14 parti da Roça do Seminario, e passando a duas Legoas de distancia, as cabeceiras de hum pequeno Rio chamado da Prata, e todas [fl. 1v] as suas vertentes; a 4 Legoas pouco mais descobrê a admiravel vista, a que os da minha companhia pozeraõ o Nome do Paraîzo, e na realidade a vista pelo extenço, e pelo deliciozo, merecedora do Nome do Paraizo; a immença extenção de Matos, cortada de Morros, regada de Rios, entre os quaes hé o

<sup>&</sup>lt;sup>58</sup> A referência do conjunto documental no qual se localiza a "Relação da Marcha", conforme consta no Arquivo Histórico Ultramarino, é a seguinte: Carta de d. Antonio de Noronha, governador de Minas, a Martinho de Melo e Castro, informando acerca das providências que tem tomado no sentindo de intensificar a exploração de ouro, entre outros assuntos. Em anexo: vários documentos. AHU\_ACL\_CU\_011, cx. 115, d. 55.

<sup>&</sup>lt;sup>59</sup> Os 10 fólios, apenas no retro, apresentam dois carimbos: um maior e circular "Biblioteca Nacional – Secção Ultramarina" e um em formato elíptico "Arquivo Histórico Ultramarino", com exceção do nono fólio que contém dois carimbos deste último. O primeiro ocupa predominantemente a margem superior, no lado direito, e o segundo apresenta variações entre a margem superior e o meio do fólio. Os carimbos indicam a anterior e a atual instituição de guarda do documento. O Arquivo Histórico Colonial que institucionalmente tornou-se Arquivo Histórico Ultramarino em 1931 incorporou ao seu acervo os documentos "que constituíam a Secção Ultramarina da Biblioteca Nacional e os fundos documentais do Ministério das Colônias, depois do Ultramar". Catálogo dos códices do Fundo do Conselho Ultramarino relativos ao Brasil existentes no Arquivo Histórico Ultramarino. Projeto Resgate – Barão do Rio Branco. Lisboa: Ministério da Ciência e da Tecnologia, Instituto de Investigação Científica Tropical e Arquivo Histórico Ultramarino, 2000, p. 07.

Sacram*ento* pequeno, e orizontada de altissimas Serras, que em desigual concerto a aformozeaõ, naõ deixaõ fartar a vista de hum objecto taõ admiravel. Segui e a distancia de duas legoas, pacei o primeiro braço do Rio Bombaça, e a tres quartos mais me aranchei na fazenda do Engenho do Bombaça com sete Leguas de jornada.

No dia 15 sahi do Engenho do Bombaça e acompanhando o Rio deste Nome a distancia de 5 Legoas, e tres quartos, cheguei a Ponte do mesmo que se chama de São Pedro, e dahi seguindo para o Rio doce ao Citio da Caxoeira do Sacramento, achei a Nova Ponte, que mandei fazer, cuja obra se estava concluindo, e tem de cumprimento 500 palmos, 18 de largo pouco mais, ou menos, e 84 de alto no Citio da Caxoeira, a qual tem de largo 92, ou 93 palmos e dista da Ponte do Bombaça huá legoa e tres quartos, sendo assim esta jornada de 7 Legoas e meya, e tendo de admiravel no ambito [fl. 2] das ultimas 5 Legoas a chegar a Ponte do Rio doce, 29 legoas, conhecidas todas de notavel grandeza, por ter huá dellas, que fica a esquerda da estrada, e mais de legoa ao Certao da mesma, 6 legoas de circunferencia, e muitas de legoa, e outras mayores, e duas delas, que eu passei a exáminar, por ficarem a esquerda da estrada, e pouco distantes della, divididas por hum expigaõ, 40 e que distão pela estrada meya legoa, huã da outra, a que os da minha companhia pozeraõ o Nome de Noronhas; teraõ quaze duas legoas de comprido, cada huã dellas, e huã mais de meya legoa de largo, e a outra mais de tres quartos, e sendo sondada esta com 70 braças de cumprimento, se lhe nao achou fundo, o que na verdade se me féz admiravel naquele Certaõ, e no meyo daqueles Matos.

No dia 16 falhei<sup>41</sup> sobre a margem do Rio doce, deleitoza quanto a vista, a quem a nova Ponte accrescenta a beleza, e a Caxoeira do Sacramento com as diverssas figuras, que as Agoas nela reprezentaõ, e duas Caxoeiras mais, que a distancia de menos de quarto de Legoa Rio asima se encontraõ com huã formoza praya, que immediata se segue a ponte, tudo concorre a fazer as delicias do Citio, que mais que tudo me agradou, por ver o seguro fecho, e chave que a Ponte no Citio, com o Registo correspondente, [fl. 2v] fazem a todas as riquezas do Cuyaté, que naõ podem ter algum desvio.

<sup>40</sup> Espigão: termo topográfico podendo ser a superfície de maior altitude da linha de divisão de águas.

<sup>&</sup>lt;sup>41</sup> O verbo falhar também compreende, indicado como um regionalismo do Brasil, a seguinte descrição: "demorar-se em algum lugar durante uma viagem. Ex.: falharam numa hospedaria". Dicionário Eletrônico Houaiss de Língua Portuguesa, versão 2009.3. Neste documento, o uso da expressão, de acordo com o apontado pelo dicionário, pode indicar duas questões: a) que não se trata de um regionalismo nacional; ou b) que seu uso já seria marca da constituição da língua portuguesa no Brasil – português do Brasil, portanto, um regionalismo.

No dia 17 passei a Ponte, e intrei igualmente no procurado Paîz do Cuyaté, e na actual habitação do Gentio Boticudo, Acompanhado de 12 soldados Pedestres, 6 adiante, e 6 cobrindo a Cometiva, armados de Camizas, e Calças de algodaõ, com hum saco pendente de embiras, 42 que prendem debaixo dos braços aonde levaõ por Mantimento dos destinados dias, hum pouco de Feijao cozido com Toucinho, e misturado já com Farinha de Milho, e no correspondente apartamento a Polvora, e chumbo necessario para a espingarda, que os deve prover de alguã cassa, 45 e defender de qualquer insulto do Gentio Boticudo. Estes sao na verdade os soldados proprios para as expediçõens do Matos que vadeão quaze como as feras nacionaes deles. [espaço] Assim continuei até o Rio Sacramento grande duas legoas, e meya do Rio doce. Na Ponte do dito Rio Sacramento achei derubadas todas as guardas, pelo Boticudo, que o fez por se aproveitar dos pregos, e algum ferro mais, que as segurava e lançarao fogo á ponte, que só se extendeu a huã pequena, e insignificante parte della pela qualidade das Madeiras, que nao permitem grassar<sup>44</sup> o incendio. [fl. 3] Continuei ao primeiro Córrego, que faz vertente ao Sacramento, e se passa dez vezes, e logo abocaina, que divide a Serra do Sacramento do Ribeirao dos Bugres /nome proprio do Paíz, aos Indios nao domesticos/ logo passei outro Córrego, e o Ribeirao dos Bugres, e passados mais 3 ribeiroens, atravessei outro, que se passa 14 vezes. Todos estes Rios, Ribeiroens, e Corregos levaõ excellente formação de cascalho, e são todos proprios de Oiro,45 como conhece qualquer, ainda de mediana experiencia. Daqui cheguei aos primeiros Morros dificultozos, por se me acabar a estrada feita, e entrei já de noite na Picada, e no primeiro Córrego, que faz vertente para o Rio Cuyaté, me aranchei com sete legoas, e meya de Jornada neste dia.

No dia 18 sahi do rancho de folhas de Palmito onde dormi, e segui pela picada, encontrando logo continuados 6 Morros em extremo dificultozos, cortados apenas ao rumo, e sem atalho algum pelo nao ter permitido o tempo, bem que por todos elles, vi e exáminei, o modo da continuação da Estrada, com igual capacidade á que tem até a picada. Findos estes Morros

<sup>&</sup>lt;sup>42</sup> Embira, nome científico *Xylopia frutescens*, arbusto de comum ocorrência no Brasil. Provavelmente das folhas e/ou galhos eram feitas as tais sacolas citadas no documento, já que se trata de uma planta bastante fibrosa.

<sup>43</sup> Caca

<sup>44</sup> Propagar-se, espalhar-se.

<sup>45</sup> Ouro.

atravessei o primeiro Córrego, e passei hua Varge<sup>46</sup> de pouca extenção, e finda ella Vadiei<sup>47</sup> o Rio Cuyaté [fl. 3v] no Citio chamado o Porto Alegre, ahi de passage se matou alguá cassa, que a poucos passos me foi de hum grande socorro; porque seguindo a margem do mesmo Rio Cuyaté, que me ficava a esquerda, por espaço de tres legoas, e continuando os Morros, que me não deixavão adiantar para vencer a jornada prescripta, me vi obrigado já pelas 9 horas da noite, a pernoitar á margem de hum pequeno Córrego, a que a Comitiva póz o nome das bruacas, por huá tropa que ahi achamos, e conduzia Milho, e Feijaõ, para os Picadores, de cujas broacas<sup>48</sup> me servi para dormir sobre ellas, e evitar em parte a humidade do terreno. Neste dia foi a minha retaguarda picada pelo Gentio Boticudo, que oculto do Mato descarregou as suas flechas, que passaraõ pelos que me acompanhavaõ, sem que os ofendessem; e hum delles, ou por mais atrevido, ou por mais descuidado, sahio á picada, a tempo que os meus respondiao sobre o Mato com as Espingardas aos inimigos que não vião, de que asustado o Indio, largou a Tipoya, e flexas, para com mais desembaraço se refugiar ao Mato. Esta qualidade de Gentio nao tem Aldeya, nem Povoação alguã, vive dispersso por todo o Mato, nû e fiado tao sómente no seu Arco, nao perdoa a qualidade alguá [fl. 4] de vivente, nem ainda da especie humana, que a todos geralmente mata, e come sem excepção, nem dos outros Indios seus vezinhos; inimigo geral de todo o genero humano, tambem sofre por seu inimigo igual ao mesmo, persegue a todos, e de todos he geralmente perseguido. A sua figura até os 7 ou 8 annos, em nada difere das nossas crianças, mas apenas passão desta idade, os principiao os seus mayores a encher de disformidade que os fazem horrorozos. Rompem-lhe de Canto a Canto a boca, por baixo do beiço inferir, e pouco a pouco lhe vao introduzindo rodelas de pau, até chegarem a huã da circunferencia da palma da maõ de hum homem, e puxado o beiço, quanto permite a sua elasticidade, orlao por fora com o beiço a dita rodela, que lhe fica servindo de Meza, aonde cortao o que comem; quando salivão a mesma Meza lhe prende as viscozidades, e ficaõ igualmente objectos do

<sup>&</sup>lt;sup>46</sup> Varge: usado aqui no sentido de várzea: "terreno baixo e mais ou menos plano, à margem de um rio ou ribeirão; vale". Dicionário Eletrônico Houaiss de Língua Portuguesa, versão 2009.3.

<sup>&</sup>lt;sup>47</sup> O verbo vadiar foi usado no sentido de vaguear.

<sup>&</sup>lt;sup>48</sup> A palavra *bruaca*, indicada como um regionalismo do Brasil, apresenta a seguinte descrição "Regionalismo: Brasil "cada um dos sacos ou das malas rústicas de couro cru usada para transportar objetos, víveres e mercadorias sobre bestas, e que se prendem, a cada lado, nas suas cangalhas, ou vão atravessadas na traseira da sela". *Dicionário Eletrônico Houaiss de Língua Portuguesa*, versão 2009.3.

horror, e do nojo. Da mesma sorte desprendem a extremidade da Cartilagem das orelhas, deixando-a sómente preza pelas partes suprior, e inferior della, e extendendo a dita cartilagem, lhe introduzem outras rodelas de pau de feitio oval, que lhe faz chegar as orelhas quase aos hombros, e isto hé igual nos homens, e mulheres, só com pequena [fl. 4v] diferença se serem naqueles mayores as rodelas. São por natureza forticissimos, mas tão timidos, que a huã espingarda, emquanto se conservar carregada, não a cometem; ainda que sejão muitos. Estes Matos em que elles actualmente habitão, não são nem forão nunca os seus proprios; mas elles inundando dos Citios dos Amburés, de que se supoem oriundos, vierão infestar este continente, proprio dos Gentios Pendis, e Pataxós, cujas nasçoens Matarão, comerão, e finalmente extinguirão os Barbaros Boticudos, e se senhoriarão do seu Continente. Assim se passou o dia 18 em que regulei ter andado mais de 8 Legoas, por se não acharem medidas as da picada, como o estavão todas as da estrada.

No dia 19 sahi do Córrego das bruacas, e a meya legoa passei o Ribeiraõ do Bananal pequeno, e continuei por 5 Morros seguidos, e ainda mais escabrozos, que os passados; mas que tambem admitem atalhos na continuação da estrada sem a menos dificuldade. Daqui mandei retroceder as largas, pela impossebelidade dos caminhos, continuou em todo este dia o barbaro, e oculto combate dos Boticudos de dentro do Mato, e a resposta das Nossas Armas sobre o inimigo, que senão [fl. 5] via; sendo toda a inquietação pela retaguarda, e sempre se aproveitarão de alguns cavalos cansados, ou Gados, que se atrazarão demaziadamente que tudo sem escrupulo comem. A tres Legoas do Caminho se me aprezentou huã Aldeya de Indios inteira, que vinha render hum obzequio de amizade ao Nome de Sua Magestade, que em mim respeitava, recebios com o acolhimento devido a quem por gosto se sugeita, e com o alvoroço, e alegria deve crescer o gremio da Religiaõ nestes Certoens: acompanharaõ me athé o Rio de Santo Estevão, que faz Barra no do Cuyaté, e ambos os ditos Rios, e todos os Ribeiroens, e Córregos que neles desagoaõ, levaõ a mais bela formação de Cascalho tudo em ser, por nao poderem ter sido intentados à falta de Caminho, e horror dos Boticudos, que embaraçarão aos meus antecessores o fim deste taõ util projecto.

No dia 20 sahi da margem do Santo Estevaõ, e continuei pela Picada a passar a vezinha, e escabrozissima Serra, deixando a esquerda hum grande pico de pedra, em tudo semilhante ao Paõ d'Assucar, que se acha na Barra do Rio de Janeiro, ao qual se pós o mesmo Nome, e continuando a Serra, a pouco mais de Legoa, passei o Córrego chamado Palmital, e pouco adiante hum

[fl. 5v] Lagrimal, 49 que se passa mais de 30 vezes, e ambos são de formação legitima de Cascalho: a duas Legoas mais passei o primeiro braço do Rio Bananal, assim chamado de hum grande bananal; de mais de Meya Legoa, que segue a Picada, e fora dos Mizeraveis Pendis, e Pataxos, que os Boticudos comeraõ, e extinguiraõ. Segue-se a Roça, que mandei plantar por conta de Sua Magestade para sustentação dos Soldados Pedestres, por elles mesmos, e que neste anno nao servio, pela destruição, e Comerem-na os inimigos comuns, ou Boticudos: passei mais o segundo e terceiro braço do dito bananal, todos de excellente Cascalho, e o Capitao dos Pedestres, que ahi habita por ordem minha, e que pela navegação do Rio doce a 40 annos intrepolados conhece aquelas margens; fui informado, que os habitadores dellas nesse tempo fizerao mais de oitava de jornal por dia nestes braços do Rio, e os desampararao, naõ obstante a grande conveniencia, pelas barbaridades do Boticudo, que experimentaraõ. A distancia demais de huã Legoa entrei nas Capoeiras do Pegabem, que mostraõ ter sido plantadas á muitos annos, e passei os tres corguinhos do mesmo Nome, cujo Cascalho [fl. 6] hé admiravel, e hum dos Pedestres da Companhia me segurou ter trabalhado ali à mais de 20 Annos, com jornaes de oitava, e quarto por dia, e para prova me foi mostrar a Canoa do seu Serviço, que ainda se conhecia destictamente; porem elle e seus companheiros, forao constrangidos a largar os serviços, por matarem, e comerem nesse tempo os Boticudos, aos tres principaes, que trabalhavaõ nos mesmos Córregos; a pouca distancia como nos exámes, e averiguaçõens deste dia se consumio muito tempo, fui precizado a arranxarme neste Citio do Pegabem, em pequenos ranxos de palmitos, que mandei fazer, e que os Matos beneficos liberalizaõ aos viajantes, e regulei ter andado neste dia, até cinco legoas. Hé de advertir, que todos os Matos desde o Rio doce até este lugar tao tao<sup>50</sup> frutiferos, que os mais experientes, os avaliao em 200, alqueires de colheita, por alqueire de Semeadura, o que nas Provincias de Portugal parecerá paradoxo; mas nestas terras, nada admira nas de melhor qualidade, como estas, que acabo de descrever.

No dia 21 seguindo a mesma picada, passei huá escabrozissima Serra, que facilm*ente* será atalhada, quando se continuar a Estrada, e em mais de

<sup>&</sup>lt;sup>49</sup> A ocorrência de *reclame* – repetição da última palavra ou partes dela no fólio seguinte – no documento foi ocasional e se deu apenas em três situações. Na passagem do fólio 5 (retro) para o verso ocorreu a repetição das seguintes sílabas <-lagri>, assim, optamos por manter a palavra na íntegra no fólio inicial – decisão seguida nas duas outras ocorrências.

<sup>&</sup>lt;sup>50</sup> Repete no original.

duas Legoas, naõ encontrei córrego [fl. 6v] algum, nem Agoa até chegar ao braço direito, do Rio chamado Maria cumprida, que pelas voltas, que faz o passei quatro vezes, deixando a esquerda o outro braço do mesmo Rio, que todo se compoem de Cascalhos formaes, que tem sido provado por varias vezes, com jornal de tres quartos, e oitava por Semana, por naõ ser taõ rico como os outros, que prometem o mesmo jornal, ou mayor por dia. Subi mais tres asperos Morros, que levaõ seus córregos secos com cascalhos a vista, e formação para o interior, e com 4 Legoas pouco mais, ou Menos de jornada, cheguei ao Arraya do Cuyaté.

No dia 22 falhei no Arraya do Cuyaté, hé este huã pequena Povoação, muito bem cituada em lugar Plano, junta a hum pequeno Córrego, chamado de São Gonçalo, aonde se tem Minerado, e minera á annos, com boa conta, os tres sao quentes, os fructos excellentes, eu fui regalado de figos admiraveis, afirmando-me os assistentes, que as uvas produziao duas vezes no Anno, e que os Meloens, nao faziao diferença dos bons de Portugal, as fructas do Paíz, principalmente as Bananas, foi assentado por todos os da Minha comitiva, serem as Melhores, que tinhaõ visto na America: o Algodaõ em roda do Arrayal [fl. 7] hé Mato de que se serve indestinctamente quem o quer colher. Não obstante isto fica este Arrayal debaixo de hum grande Morro, de huã só pedra, em figura de Pao de assucar, que terá mais grossura, que dois juntos do grande, que se acha na entrada da Barra do Rio de Janeiro, e a mesma, ou mayor altura; esta grande pedra embaraça a livre passagem dos Ares, e nos dias do Sol activo, recebe tanto calor, que abraza a terra, e a Povoação immediata. Tambem os Matos depois, que se passão os Córregos do Pegabem, são muito diferentes, e de muito inferior qualidade, mas assim mesmo, em alguns dos proximos ao Arraya se planta a doze, e a quatorze annos, sem diferença sensivel na produção, tal hé a bondade destas terras. Por estas razoens me rezolvi a escolher terreno na volta, aonde fundasse hum Novo Arrayal, que gozando as bondades deste, não partecipasse dos seus imcomodos. A meya legoa do Arrayal corre o Rio Cuyaté com todos os Rios, e Córregos nomeados incorporados, e na distancia de duas Legoas do mesmo Arrayal, vai desembocar no Rio doce. Os Mineiros, que eu tinha mandado fazer os exámes nestes Rios, me vierao dar conta, e aprezentar as provas; do Rio Cuyaté, que se achava [fl. 7v] em ser por nao ter havido, quem nele intentasse serviço como receyo do Boticudo, inimigo comum, e se julgava inutil, me aprezentarao bateadas de vintem, e mais, e huá dellas de dois vinteins, que feita a Conta por inteligentes, com os prudentes discontos, hé capás de se fazerem jornaes em todo elle de oitava e meya por semana, e mais, sendo muito grande a sua extenção, e nas suas entaipavas, Guapiaras, e Cabeceiras promete mayor grandeza, por nao ter sido feita nenhua das provas com serviço formal. Tambem se me aprezentarão, as amostras, e derão as noticias individuaes das riquezas do Rio doce desde a Barra do Rio Cuyaté athé o Citio das Escadinhas, aonde dezembocaõ nesta distancia, da parte do Sul 18 Rios grandes, e da parte do Norte 8, e entre elles os Rios grandes, e das mayores esperanças, que saõ o Mayguasû, e o Guandû, e os immenços córregos, que neles desagoaõ, todos de excellente formação, e alguns já experimentados, como o Ribeirão do Alvarenga, que tomou o nome de Joze Pereira d'Alvarenga, que habitou a sua Barra há trinta, e tantos annos, de que ainda me imformarao testemunhas de vista, de lhe verem huã apuração de 160 oitavas em 15 dias com 8 escravos. E quanto [fl. 8] no Rio doce, e Citio das Escadinhas me Confessou o Vigario do Cuyaté, que tinha feito no anno passado, alguns dias jornaes de cinco oitavas, e doze vinteins por dia cada escravo; bem que o pou numaro<sup>51</sup> dos seus, e a grande correnteza das Agoas não permitiao, que elle podesse com os Serviços, que se precizavão para fazer a mesma conveniencia por mais tempo: da mesma sorte me aprezentarão as amostras do dito Rio doce os que eu tinha mandado, que correspondiao a sua riqueza, feita a proporção do tempo d'agoas em que tinhaõ feito os exames. Feito isto passei a Igreja a ouvir Missa, e me senti transportar de gosto quando me aprezentarao tres pequenos Boticudos, que o meu Capelaõ baptizou, e de que eu fui Padrinho, dois dos quaes tinhão sido aprehendidos pelos nossos Pedrestres no ultimo combate, que Deus destinou para redempção destas Almas, e huã Menina, que nascera no Arrayal de huã Boticuda, que se aprehendeu havia poucos mezes em outro combate, e que obrigada do bom tracto, que achou nos nossos se offereceu para entrar no Mato, a ver se reduzia alguns dos seus, a procurarem o gremio da Igreja, e a protição de Sua Magestade, deixando por fiadores duas filhas, que ahi se conservão. [fl. 8v] Na<sup>52</sup> tarde deste mesmo dia passei a vezitar a Aldeya dos Indios Munhaxos, que vivem da outra parte do córrego de São Gonçalo, junto ao Arrayal, fui recebido deles com muitas demonstraçoens de alegria, e de amizade, e os segurei dos prezentes com que Sua Magestade os favorecia, de que ficarão em extremo satisfeitos, com os que contei, e alguns que se achavaõ disperssos na Caça, chegaraõ a 100 Indios, entre grandes e pequenos, que ali vivem. Alem das nasçoens Ma-

<sup>&</sup>lt;sup>51</sup> Provavelmente, ficou incompleto e quer dizer: *pouco número*.

<sup>52</sup> Ocorrência de reclame, mas manteve-se o "Na" apenas no novo fólio.

lalizes, Ayconis, Maxacalizes, Capuxós, Panhames, Cataxos, e Cananaxós,<sup>53</sup> que eu tenho feito reduzir por meyo das Bandeiras, que fiz entrar naquele Certaõ, cujas nasçoens se haõ de unir a nova Conquista na Seca futura, ficando por huã vez vivendo na verdadeira religiaõ. Todos estes conhecendo a desigualdade das Nossas Armas nos buscaõ para se defenderem dos Boticudos inimigos comuns, que alem de lhe inumdarem, e furtarem as suas terras os comem, e contra os quaes os ditos Indios armados das Espingardas, e acompanhados de qualquer Pedestre nosso saõ os mais valerozos soldados.

No dia 23 parti do Arraya do Cuyaté, em retirada para esta Capital, ocupado todo no designio de achar hum Citio, que fosse o mais [fl. 9] proprio para a nova Povoação, que destinava estabelescer, e chegando a Roça de Sua Magestade junto ao grande bananal dos Indios, e sobre os braços do Córrego bananal, encontrei o melhor citio, que podia dezejar. Huã planice extença dezempedida de todos os Lados, e sobre ribeiroens de excellentes aguadas no meyo dos melhores Matos de planta, a meya legoa do Rio de Santo Estevaõ, pouco mais de tres quartos do Rio Cuyaté, proximo ao Corgo do Palmital por hum lado, e aos do Pegabem pelo outro, pouco mais de duas legoas do Ribeirao de Maria comprida, e a cinco, ou as seis legoas do Ribeirao do Alvarenga, e dos ricos, e grandes Rios Mayguasû, e Guandû. Todas estas circunstancias afianção o duravel estabalescimento da fundação do novo Arrayal neste Citio, e atendendo eu a elas aqui lhe prescrevi os lemites, e lhe puz o nome do Novo Arrayal de Nossa Senhora do Monte do Carmo da Conquista do Cuyaté.<sup>54</sup> Daqui passei, e vim dormir ao rancho da margem do Rio Santo Estevão.

No dia 24 vim arancharme na margem do Rio Cuyaté, no Citio do Porto Alegre, e no dia 25 antes de partir entrei no projecto de provar os ditos Cascalhos /que comum*ente* saõ inuteis/ [fl. 9v] por<sup>55</sup> me parecerem bem os

Para a pesquisadora Maria Hilda Baqueiro Paraiso esta região de Minas Gerais era um refúgio para os "grupos conhecidos por Kamakã-Mongoió, Maxakali e seus vários subgrupos e dos Gren ou Botocudo" (p. 44). Portanto, os grupos indígenas citados por d. Antonio de Noronha, com algumas variações quanto à grafia, fazem parte dos subgrupos que a autora indica como fazendo parte de uma pan-tribo localizada entre os rios de Contas e Doce. PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. As crianças indígenas e a formação de agentes transculturais: o comércio de kurukas na Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais. Revista de Estudos e Pesquisas, v. 3, n. 1/2, Funai, Brasília, jul./dez. 2006, p. 41-105.

<sup>&</sup>lt;sup>54</sup> Destaque mantido como no original.

<sup>&</sup>lt;sup>55</sup> Ocorrência de reclame, mas manteve-se o "por" apenas no novo fólio.

Adriana Angelita da Conceição Estudo e edição da "Relação da marcha que fiz para o Cuyaté (...) escrita pelo governador da capitania de Minas Gerais, d. Antonio de Noronha, em 1779

daquele lugar, e naõ havendo instrumentos alguns proprios, nem bateya<sup>56</sup>, nem Almocafe<sup>57</sup>, mandei com huã ferra detirar brazas extrahir do veyo d'agoa duas porçoens daquele desmonte, mais propriam*ente*, que cascalho, e o mandei lavar em huã Cassarola de Cobre, e assim mesmo mostrou dois granitos de Oiro, que pezaraõ hum vintem escasso. Quem por esta prova quizesse imprudentemente regular a riqueza deste Rio ser lhe hia m*uito* dificultozo ainda a comprehendela.

Segui ao Rancho do primeiro Córrego, que verte ao Cuyaté, e dahi no seguinte dia a Ponte do Rio doce, ainda falhei para descançar hum dia, e deste citio em tres sucessivas jornadas, vim a esta Capital, com todos os que me acompanharaõ a salvam*ento*. Depois d'aqui estarmos fomos quaze todos amiassados de Cezoens,<sup>58</sup> mas em breves dias ficamos todos livres, nem ellas podiaõ deixar de esperarsse depois de serem quaze certas em todos os que atravessaõ Certoens, naõ calcados,<sup>59</sup> a donde a densid*ade* dos Matos virgens, impede o respirarsse dentro delles, hum ar livre.

Mandei fundir, tocar, e ensayar todas as amostras dos diverssos Oiros do Cuyaté, e tive o gosto dever, que todos excederaõ ao Toque de 23 quilates.

[fl. 10] Esta hé a noticia verdadeira, e individual de tudo o que vi, e encontrei na Jornada do Cuyaté. Queira Deos felicitar-lhe os progreços assim como conhece, que os motivos, que me influiraõ o projecto, forão unicamente os sinceros dezejos de ser util ao aumento da Religiaõ, e do Estado.

Vila Rica 20 de Outubro d'1779. Dom Antonio de Noronha [assinatura]

<sup>&</sup>lt;sup>56</sup> Bateia: "recipiente de madeira ou metal, de fundo cônico, onde cascalho, minério ou aluvião são revolvidos, em busca de pedras e metais preciosos". *Dicionário Eletrônico Houaiss de Língua Portuguesa*, versão 2009.3.

<sup>&</sup>lt;sup>57</sup> Almocafre: "sacho terminado em ponta, usado em mineração". Sacho: tipo de enxada pequena. Dicionário Eletrônico Houaiss de Língua Portuguesa, versão 2009.3.

<sup>&</sup>lt;sup>58</sup> Sezão é uma das designações para a malária, sendo que a expressão também podia ser usada para crises de febre alta.

<sup>&</sup>lt;sup>59</sup> Calçados.

### Referências bibliográficas

#### **Fontes**

- Carta de D. Antonio de Noronha ao marquês de Pombal. Rio de Janeiro, 10 de abril de 1775. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. Localização: AHU\_ACL\_CU\_011, cx. 108, d. 18.
- Livro Segundo das Cartas que o Ilmo. e Exmo. Sr. D. Antonio de Noronha Capitão general da Capitania de Minas Gerais escreveu durante o seu governo que teve princípio em 28 de maio de 1776. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Divisão de Manuscritos. Localização: 2,2,24.
- Carta de D. Antonio de Noronha ao marquês de Pombal. Rio de Janeiro, dezembro de 1776. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. Localização: AHU\_ACL\_CU\_011, cx. 110, d. 51.
- Carta de D. Antonio de Noronha a Martinho de Melo e Castro. Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1779. Anexos. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. Localização: AHU\_ACL\_CU\_011, cx. 115, d. 55.
- Documentos (correspondência ativa) referentes a D. Antonio de Noronha. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. Localizações: AHU\_ACL\_CU\_011, cx. 108, documentos 18, 19 e 68; AHU\_ACL\_CU\_011, cx. 110, documentos 03, 24 e 39.
- Documento referente a João Batista Jacobina. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. Localização: AHU\_ACL\_CU\_011, cx. 122, d. 43.
- Documentos referentes a José Luis Sayão. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. Localizações: AHU\_CU\_011, cx. 85, d. 14; AHU\_CU\_011, cx. 98, d. 20 e AHU\_CU\_011, cx. 121, d. 16.
- Documentos referentes a Ventura da Costa Rangel. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. Localizações: AHU\_ACL\_CU\_011, cx. 70, d. 29; AHU\_ACL\_CU\_011, cx. 76, d. 09; AHU\_ACL\_CU\_011, cx. 106, d. 39; AHU\_ACL\_CU\_011, cx. 184, d. 05.

## Bibliografia e obras de referência

- ABREU, Márcia & SCHAPOCHNIK, Nelson (org.). Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas. Campinas: Mercado de Letras e ALB; São Paulo: Fapesp, 2005.
- ALGRANTI, Leila Mezan & MEGIANI, Ana Paula (org.). O império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico (séculos XVI-XIX). São Paulo: Alameda, 2009.
- ALMADA, Márcia. *Das artes da pena e do pincel: caligrafia e pintura em manuscritos no século XVIII*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivo: Estudos e reflexões.* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014.
- BLAY, Francisco Gimeno. Las llamadas ciencias auxiliares de la historia. ¿Erronea interpretacion? (Consideraciones sobre el método de investigación en paleografía). Zaragoza/Disputación Provincial: Institución Fernando el Católico, 1986.

- BOUZA, Fernando. *Del escribano a la biblioteca: la civilización escrita europea en la Alta Edad Moderna (siglos XV-XVII)*. 1º reimpressão. Madri: Editorial Sintesis, 1997.
- Catálogo dos códices do Fundo do Conselho Ultramarino relativos ao Brasil existentes no Arquivo Histórico Ultramarino. Projeto Resgate Barão do Rio Branco. Lisboa: Ministério da Ciência e da Tecnologia, Instituto de Investigação Científica Tropical e Arquivo Histórico Ultramarino, 2000.
- CHARTIER, Roger (org.). *Práticas de leitura*. Tradução de Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- \_\_\_\_\_ (ed.) La correspondance: les usages de la lettre au XIX<sup>e</sup> siècle. Paris: Arthème Fayard, 1991.
- \_\_\_\_\_. Inscrever e apagar. Cultura escrita e literatura. Tradução de Luzmara Curcino Ferreira. São Paulo: Ed. Unesp, 2007.
- CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. *A prática epistolar moderna e as cartas do vice-rei d. Luís de Almeida, o marquês do Lavradio. Sentir, escrever e governar, 1768-1779.* São Paulo: Alameda, 2013.
- \_\_\_\_\_. A produção e a conservação das cartas do vice-rei d. Luís de Almeida, 2º marquês do Lavradio, como problemática de análise. *Revista do Arquivo*, n. 1, São Paulo, Apesp, 2015. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista\_do\_arquivo/01/artigo\_03.php. Acesso em: 01/07/2016.
- COOK, Terry & SCHWARTZ, Joan M. Arquivos, documentos e poder: a construção da memória moderna. *Registro Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba*, n. 3, Indaiatuba–SP, jul. 2004, p. 18–33.
- CURTO, Diogo Ramada. Cultura escrita (séculos XV a XVIII). Lisboa: ICS, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Cultura imperial e projetos coloniais (séculos XV a XVIII)*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2009.
- DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história francesa*. 4ª edição. Tradução de Sonia Coutinho. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 2001.
- Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa. Instituto Houaiss. Editora Objetiva Ltda, novembro de 2009. Versão 2009.3.
- FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011.
- FONSECA, Thais Nivia de Lima e. *Letras, ofícios e bons costumes: civilidade, ordem e sociabilidades na América portuguesa.* Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- GÓMEZ, Antonio Castillo. ¿Qué escritura para qué historia? In: Idem. *Culturas del escrito en el mundo occidental: del renacimiento a la contemporaneidad.* Madri: Casa de Velázquez, 2015.
- \_\_\_\_\_\_. Como o polvo e o camaleão se transformam: modelos e práticas epistolares na Espanha moderna. In: BASTOS, Maria H. C.; CUNHA, Maria T. S.; MIGNOT, Ana C. V. (org.). Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar. Passo Fundo: UPF, 2002.
- \_\_\_\_\_. Historia de la cultura escrita: ideas para el debate. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 5, Maringá, jan.-jun. 2003, p. 93-124.

- GÓMEZ, Antonio Castillo & SÁEZ, Carlos (dir.). La correspondencia en la historia. Modelos y prácticas de escritura. In: VI CONGRESO INTERNACIONAL DE HISTORIA DE LA CULTURA ESCRITA. *Actas*, 2 volumes. Madri: Calambur, 2002.
- LARA, Silvia Hunold. Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico. *Anos 90*, vol. 15, n. 28, Porto Alegre, dez. 2008, p.17–39.
- LISBOA, João Luís & MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. A cultura escrita nos espaços privados. In: MATTOSO, José (dir.); MONTEIRO, Nuno Gonçalo (coord.). História da vida privada em Portugal— A Idade Moderna. Lisboa: Círculo de Leitores, 2010.
- LISBOA, João Luís & MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. Editar cartas e notícias setecentistas. In: REYNAUD, Maria João & TOPA, Francisco (org.). COLÓQUIO INTERNACIONAL. *Crítica textual & crítica genética em diálogo*, 2º vol. Porto, 18–20 de outubro de 2007, Munique: Martin Meidenbauer Verlagsbuchhandlung, p. 311–325.
- MAGALHÃES, Justino P. de. Ler e escrever no mundo rural do Antigo Regime: um contributo para a história da alfabetização e da escolarização em Portugal. Braga: Univ. do Minho, 1994.
- MARQUILHAS, Rita. *A faculdade das letras: leitura e escrita em Portugal no século XVII.* Lisboa: Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 2000.
- MARTÍNEZ, Rosa Maria. Los archivos familiares. Planteamiento general y cuestiones para el debate. In: SÁEZ, Carlos (org.). Libros y documentos en la Alta Edad Media. Los libros de derecho, los archivos familiares. In: VI CONGRESO INTERNACIONAL DE HISTORIA DE LA CULTURA ESCRITA. *Actas*, vol. II. Madri: Biblioteca Litterae Calambur, 2002.
- MEIRELLES, Juliana Gesuelli. *Imprensa e poder na corte joanina*: A Gazeta *do Rio de Janeiro* (1808-1821). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.
- MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis; OLIVAL, Fernanda; LISBOA, João Luís. *As gazetas manuscritas da Biblioteca Pública de Évora*, vol. II (1732–1734). Lisboa: Colibri, CI–DEHUS.UE, CHC. UNL, 2005.
- MONTEIRO, Rodrigo Bentes. Reis, príncipes e varões insignes na coleção Barbosa Machado. *Anais de História de Além-Mar*, v. VI, n. 2005, Lisboa, 2005, p. 215–251.
- PAIXÃO, Judite Cavaleiro. Fontes do Tribunal de Contas de Portugal para a história do Brasil colônia. *Acervo*, vol. 10, n° 1, Rio de Janeiro, jan./jun. 1997, p. 57–70.
- PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. As crianças indígenas e a formação de agentes transculturais: o comércio de kurukas na Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais. *Revista de Estudos e Pesquisas Funai*, vol. 3, n. 1/2, Brasília, jul./dez. 2006, p. 41–105.
- PETRUCCI, Armando. *La ciencia de la escritura: primeira lección de paleografía*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica Argentina, 2002.
- RACHI, Sílvia. *Por mãos alheias: uso da escrita na sociedade colonial.* Belo Horizonte: Ed. PUC/Minas, 2016.
- ROSA, Maria de Lurdes (org.). *Arquivos de família, século XIII-XX: que presente, que futuro?* Lisboa: IEM; Cham; Caminhos Romanos, 2012.
- ROSA, Maria de Lurdes. Problemáticas históricas e arquivísticas actuais para o estudo dos arquivos de família portugueses (épocas Medieval e Moderna). *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, n. 9, Lisboa, 2009, p. 9–42.

Adriana Angelita da Conceição Estudo e edição da "Relação da marcha que fiz para o Cuyaté (...) escrita pelo governador da capitania de Minas Gerais, d. Antonio de Noronha, em 1779

- SILVA, Armando B. Malheiro. Arquivos familiares e pessoais. Bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interactivo. *Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Património*, I série, vol. III, Porto, 2004, p. 55–84.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Livro e sociedade no Rio de Janeiro. *Separata da Revista de História*, n° 94, São Paulo, 1973.
- SOUZA, Laura de Mello e. Dom Antônio de Noronha e o plano secreto para o Cuieté. *Revista Tempo*, vol. 20, 2014, p. 1–15. Disponível em: http://www.historia. uff.br/tempo/site/?p=2084. Acesso em: 05/08/2015.
- \_\_\_\_\_. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII.* São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- VILLALTA, Luiz Carlos. *Usos do livro no mundo luso-brasileiro sob as luzes: reformas, censura e contestação*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

Recebido: 25/08/2016 - Aprovado: 19/09/2017